

Democracia, partidos e as percepções dos eleitores do PT e do PSDB (2002-2014) ¹

Democracy, parties and perceptions from PT and PSDB voters (2002-2014)

Bruno Mello Souza*¹

Palavras-chave:

Eleições;
Brasil;
PT;
PSDB.

Resumo: Desde o fim dos anos 1980, o Brasil experimentou significativos avanços em relação à consolidação da democracia em seu marco formal. Em tal cenário, as eleições presidenciais brasileiras têm sido marcadas, desde os anos 1990, pela forte competição e polarização entre Partido dos Trabalhadores (PT) e Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Entretanto, existem grandes problematizações acerca do estabelecimento da democracia em termos substantivos no país. De modo geral, essas problematizações se referem à necessidade de que uma democracia conte com a adesão da maior parte dos cidadãos. A partir disso, busca-se, com dados dos Estudos Eleitorais Brasileiros (ESEB), examinar em perspectiva comparada as opiniões dos eleitores dos dois partidos dominantes nos pleitos presidenciais no que se referem a questões como representatividade e avaliação dos partidos, satisfação com a democracia e opinião sobre obrigatoriedade do voto; para, posteriormente, apresentar um modelo de regressão logística para o ano de 2014, incluindo essas variáveis e adicionando escolaridade e renda, com o intuito de verificar os impactos das mesmas sobre a escolha eleitoral dos sujeitos em PT e PSDB, para as quais foram criadas variáveis dummy de voto e não voto nos partidos supramencionados nas últimas eleições presidenciais.

Keywords:

Elections;
Brazil;
PT;
PSDB.

Abstract: *Since the end of the 1980s, Brazil has experienced significant advances in terms of democratic consolidation in its formal framework. In such a scenario, Brazilian presidential elections have been marked by strong competition and polarization between Partido dos Trabalhadores (PT) and Partido*

¹ Recebido em 22/01/2019. Aceito em 10/05/2019

*¹ Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: bmellosouza@yahoo.com.br.

da Social Democracia Brasileira (PSDB) since the 1990s. However, there is significant problematization regarding the establishment of democracy in substantive terms in the country. In a general manner, this problematization refers to the need of democracies for the support of the majority of citizens. Based on that, this paper aims to examine in a comparative perspective, with data from the Brazilian Electoral Studies (ESEB), the opinion of voters of the main parties in the presidential elections in what refers to representativeness and evaluation of parties, satisfaction with democracy and opinion about compulsory voting, in order to present a model of logistic regression for the year of 2014, including these variables and adding schooling and income, to verify the impacts of them on electoral choice between PT and PSDB in the last presidential elections. Dummy variables of vote and no vote in these parties have been created.

Introdução

Por volta das 20 horas do dia 5 de outubro de 2014, quando os dados do Tribunal Superior Eleitoral indicavam a definição do segundo turno das eleições presidenciais entre Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT) e Aécio Neves, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), confirmava-se no Brasil uma polarização histórica entre os dois partidos. Se por um lado a partir de meados dos anos 1990 passa a ocorrer uma predominância tucana no principal cargo de poder estatal do país, elegendo e reelegendo Fernando Henrique Cardoso (1994 e 1998); por outro, a partir de 2002, os petistas invertem o panorama com quatro vitórias consecutivas na disputa pelo governo federal, duas de Luiz Inácio Lula da Silva (2002 e 2006), e duas de Dilma Rousseff (2010 e 2014). É importante enfatizar que em todos esses pleitos, os dois primeiros colocados foram dos dois partidos em pauta, o que reforça mais ainda essa polarização. Limongi e Cortez (2010) afirmam que os pleitos presidenciais no Brasil têm se constituído como eleições bipartidárias. De acordo com Ranulfo (2010), apenas esses dois partidos têm demonstrado uma consistente “vocação presidencial”, apresentando candidatos competitivos ao longo de todas as eleições após o período de redemocratização. Ambos se destacaram por serem capazes de formular um projeto político de nível nacional, de lançar candidatos competitivos nos pleitos presidenciais e por conseguirem se unificar em torno desses projetos e de suas respectivas candidaturas (MELO, 2010). De todo modo, essa lógica acabou sendo rompida no pleito presidencial de 2018, quando Jair Bolsonaro, do PSL, venceu a eleição chegando   presidência do país.

Ainda assim, compreender as opiniões destes dois eleitorados pode contribuir para o entendimento do panorama político brasileiro. Desse modo, este artigo se propõe a verificar algumas das características do eleitorado do PT

e do PSDB entre 2002 e 2014, utilizando para isto dados de *surveys* dos Estudos Eleitorais Brasileiros (ESEB) do Centro de Estudos de Opinião Pública (CESOP) da Unicamp, e examinando, a partir destes dados, como estes sujeitos se posicionam em questões referentes à cultura política, como representatividade e avaliação dos partidos, satisfação com a democracia e opinião sobre obrigatoriedade do voto. Busca-se também, por meio de estatística inferencial, examinar os impactos das variáveis supramencionadas sobre a escolha daqueles que afirmaram ter votado nos candidatos do PT e do PSDB nas eleições de 2014, agregando ainda variáveis de escolaridade e renda ao modelo. De um modo geral, busca-se abordar as atitudes dos cidadãos brasileiros em relação à democracia e aos partidos políticos, organizações fundamentais para o funcionamento do regime, ainda que com papéis redesenhados no contexto de uma democracia de público (MANIN, 2013)².

Nesse sentido, chega-se a apontar inclusive que a maioria dos partidos brasileiros, excetuando-se parcialmente o PT, caracteriza-se por uma postura *catch all* (MAINWARING, 2001), isto é, são ideologicamente “gelatinosos”, buscando pouco comprometimento com causas muito marcadas e polêmicas, abordando temáticas medianas e (relativamente) consensuais, com vistas a captar a maior fatia possível do eleitorado. De todo modo, apesar de os partidos do país, na sua maioria, possuírem características genéricas, é fato que, entre 1994 e 2014, especificamente dois deles, PT e PSDB, dominaram o processo eleitoral em nível presidencial, e, deste modo, torna-se pertinente examinar algumas das características dos eleitores que afirmaram votar nos candidatos destes dois partidos. Inicialmente, apresenta-se o conceito de cultura política, a partir do qual ganham ênfases as análises de opinião pública que permitem analisar aspectos como as relações entre os cidadãos e as instituições políticas, a adesão e a satisfação com a democracia.

O conceito de cultura política

De modo geral, pode-se afirmar que a cultura política trabalha com as perspectivas e enfoques que os cidadãos desenvolvem em relação à política, como eles se inserem nos contextos de assuntos políticos. Tal conceito origina-

² Cabe aqui recordar os tipos ideais de governo representativo abordados por Manin (1995): o primeiro deles é a democracia parlamentar, uma democracia de notáveis, caracterizada por um eleitorado extremamente reduzido, e pautada por laços pessoais de confiança, provenientes de relações locais; o segundo é a democracia de partidos, que se dá num ambiente em que ocorre a extensão do voto em direção ao sufrágio universal, criando a necessidade de atrair grandes massas de eleitores por parte dos partidos e candidatos; por fim, a democracia de público é aquela orientada pela comunicação do candidato com o seu público, com uma margem de liberdade maior em relação aos partidos políticos e suas ideologias.

se em um cenário no qual estava estabelecida uma forte crise na crença sobre a preponderância da racionalidade humana e da liberdade. Essa crise em grande medida esteve relacionada ao desenvolvimento do Fascismo e do Comunismo após a I Guerra Mundial. Tais acontecimentos colocaram em questionamento a crença na inevitabilidade da democracia no Ocidente, e puseram em xeque o futuro da democracia em nível mundial (ALMOND; VERBA, 1965).

Almond e Verba (1965) são os autores da obra que serviu como uma espécie de inauguração dos estudos de cultura política na Ciência Política, *The civic culture*, no qual definem cultura política como sendo o processo pelo qual as orientações e atitudes dos sujeitos são estruturadas em relação ao sistema político e às suas instituições. Focam a análise, portanto, em como os cidadãos se vinculam com o contexto institucional e com o modo como a política “acontece” em distintos contextos. Os autores postulam a emergência de uma “nova cultura política”, fundada na participação política do cidadão comum, que pode ser configurada de duas maneiras: democrática ou autoritária (ALMOND; VERBA, 1965). Assim, o modelo democrático precisaria de algo mais do que a simples existência de instituições formais, uma vez que as mesmas também podem ser encontradas em muitos regimes totalitários. O elemento que surgiria como diferenciador, constituindo-se como necessidade para o estabelecimento de uma democracia efetiva, diz respeito a uma cultura política democrática (ALMOND; VERBA, 1965). Os autores sublinham que a cultura política relaciona-se com fatores que dizem respeito à formação histórica de um país, que geram características relacionadas às predisposições atitudinais dos cidadãos em relação à política.

Outro estudo de contribuição fundamental no campo da cultura política é o de Ronald Inglehart (1990), cuja contribuição mais destacada é a de agregar o aspecto temporal e intergeracional aos estudos sobre cultura política. Ele diagnostica mudanças bastante significativas nas culturas das sociedades industriais, originárias de mudanças econômicas, tecnológicas e sócio-políticas nestas sociedades (INGLEHART, 1990). Inglehart sublinha que tais mudanças acontecem de forma gradual, refletindo mudanças nas experiências formativas que moldam as diferentes gerações. Assim, os valores tradicionais e as normas permanecem presentes em gerações antigas, mas novas orientações vão penetrando nas novas gerações, constituindo uma substituição ou realocação das tradições (INGLEHART, 1990). Nas sociedades que satisfazem as necessidades materiais básicas, acabam por alterar-se, como consequência, os direcionamentos das preocupações dos sujeitos, configurando um contexto pós-materialista, no qual as prioridades passam a refletir questões como auto-expressão, qualidade de vida e preservação do meio ambiente (INGLEHART, 1990).

Torna-se importante ainda enfatizar que a abordagem culturalista agrega conteúdo aos estudos políticos ao trazer à discussão uma ligação que não pode ser desconsiderada entre a esfera institucional e a maneira como os sujeitos se posicionam em relação a ela. O traçado institucional possui importância significativa, mas necessita, do ponto de vista de uma análise que ultrapasse as bases procedimentais, de complementações oferecidas por padrões comportamentais e atitudinais capazes de promover, por exemplo, a consolidação da democracia, com um maior apego da população a valores caros à mesma (MOISÉS, 1995).

A compreensão de resultados eleitorais também passa por uma compreensão de como os cidadãos se relacionam com a democracia. Embora existam perspectivas racionalistas que consideram cálculos feitos pelos eleitores a partir da informação disponível no momento de fazer sua opção eleitoral, o enfoque aqui adotado busca captar também alguns padrões culturais dos brasileiros que votam nos dois principais partidos nas eleições presidenciais no país, como chave para tentar compreender tais escolhas e como vão se desenhando as relações no que diz respeito ao regime democrático, à valorização do sufrágio e aos vínculos estabelecidos com os partidos políticos. Dessa maneira, este artigo busca examinar, do ponto de vista da opinião pública e da cultura política, o perfil dos eleitores do PT e do PSDB nas eleições presidenciais brasileiras, para também verificar possíveis diferenças em termos de percepções entre os eleitores dos dois partidos que têm dominado a disputa. Por fim, a partir de um modelo de regressão, buscar-se-á verificar os impactos de diferentes variáveis sobre a escolha dos sujeitos que afirmam ter votado no PT e no PSDB em 2014. Na próxima seção, apresenta-se um panorama do histórico da polarização eleitoral entre PT e PSDB nos pleitos presidenciais durante as duas últimas décadas.

Histórico das eleições presidenciais brasileiras (1994-2014)

A polarização³ entre PT e PSDB nas eleições presidenciais do país tem se estabelecido de forma bastante marcada durante 20 anos, entre 1994 e 2014. Cabe ressaltar que tal polarização se deu no âmbito das eleições nacionais: no que tange ao nível dos estados e municípios, existe uma diversidade de dinâmicas, pautadas por fatores fortemente enraizados nas correlações de forças regionais. O panorama eleitoral de 1994 apresentava, em um primeiro

³ O termo "polarização", aqui é utilizado da mesma maneira trabalhada por autores como Borba, Veiga e Martins (2018), entendido basicamente como o processo continuado de disputa presidencial centrado em PT e PSDB (REIS, 2014), não guardando aqui relação necessária com a questão especificamente ideológica, como na forma trabalhada por Giovanni Sartori (2005).

momento, uma situação de favoritismo de Luiz Inácio Lula da Silva, fortalecido pela organização da Caravana da Cidadania pelo PT, na qual o candidato percorreu o país e ganhou adesão por parte do eleitorado (GUGLIANO; JEREZ, 1996). Contudo, o rumo da campanha começou a mudar em julho de 1995, com a entrada em circulação de uma nova moeda, o Real, plano elaborado pelo então ministro da fazenda do governo de Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso (FHC), que viria a candidatar-se à presidência. FHC colocou-se, desse modo, como uma espécie de "pai do Real", contando, para isto, com um posto privilegiado institucionalmente (ALMEIDA, 1999). Assim, criou-se um movimento de aglutinação das diferentes elites políticas e econômicas em torno da candidatura de FHC, e contra Lula (GUGLIANO; JEREZ, 1996).

A partir do início oficial da campanha, FHC buscou vincular diretamente sua candidatura ao Plano Real, assumindo o posto de criador do mesmo e, dessa forma, colocando-se como o candidato mais adequado para dar continuidade bem-sucedida e segura à nova moeda. Em tal cenário, a conquista da estabilidade econômica seria o primeiro passo em direção à resolução dos demais problemas do país durante seu mandato (PORTO; GUAZINA, 1999). O diagnóstico corrente nesse contexto era o de que o Real conseguiu derrubar a inflação, baixar os preços e elevar o nível de emprego no país, gerando um ambiente de otimismo e apoio popular (PORTO; GUAZINA, 1999). O PSDB conseguiu, dessa maneira, introduzir com sucesso o imperativo da estabilidade econômica e da austeridade fiscal na agenda do país, fazendo ao mesmo tempo uma aliança de centro-direita (MELO, 2010), acrescentando substância à candidatura e guinando o partido mais para a direita (LIMONGI; CORTEZ, 2010).

Ao examinar o PSDB a partir de sua estrutura organizacional, Celso Roma (2002) afirma que o partido foi criado por parlamentares em busca de espaço de poder, engendrando uma ação estratégica pragmática. Marques e Fleischer (1999) destacam que esse aspecto diferencia o PSDB da social-democracia europeia, que possuía vínculos estreitos com as massas e os sindicatos. Uma vez concebido como partido interno ao sistema parlamentar, o partido tucano teria como características uma estrutura organizacional fraca, descentralizada, sem atividades extra-eleitorais, com pequena participação dos filiados, além da ausência de instâncias democráticas capazes de vetar as decisões das elites dirigentes do partido. Tal estrutura teria facilitado a aproximação com o PFL, especialmente porque o programa de governo de ambos apresenta uma visão ideológica com traços próximos ao do liberalismo (ROMA, 2002).

Lula, por seu turno, busca rotular FHC como sendo o candidato que representava os latifundiários, banqueiros e o próprio governo, comparando-o a

Fernando Collor⁴. A principal estratégia do candidato petista era a de tentar desmoralizar o adversário tucano (PORTO; GUAZINA, 1999). No que se refere ao Plano Real, Lula adotou uma postura bastante crítica em alguns momentos, rotulando-o como um plano eleitoreiro, de caráter passageiro, e que não trazia benefícios ao povo (PORTO; GUAZINA, 1999; BORBA, 2015). Essa postura foi revezada com críticas mais cautelosas - que ocorriam, porém, significativamente em menor proporção, quando o candidato afirmava que daria continuidade ao Real em seu governo (PORTO; GUAZINA, 1999; ALMEIDA, 1999).

No fim das contas, prevaleceu a ideia de que o continuador ideal para o novo plano econômico, aumentando os salários e combatendo a miséria, era mesmo o seu criador, Fernando Henrique Cardoso, o que se consolidou no resultado das urnas, com vitória do candidato do PSDB ainda no primeiro turno.

Quatro anos depois, as eleições foram marcadas como as primeiras do novo período democrático brasileiro em que estava posta a possibilidade de reeleição do presidente. E, assim que obteve do Congresso Nacional o direito de concorrer à reeleição, o governo buscou esvaziar o processo sucessório, transformando o mesmo numa espécie de ritual de recondução de Fernando Henrique ao cargo, uma simples formalidade permeada pelas eleições (MIGUEL, 1999). O candidato do PSDB gozava de índices razoáveis de aprovação popular e, para ele, localizado como estava neste ponto, não era algo interessante discutir alternativas à sua gestão ou prioridades políticas divergentes⁵. Por sua vez, os principais candidatos opositoristas destacavam em seus programas principalmente a questão do desemprego, apresentando-o como sendo o principal problema social do Brasil (MIGUEL, 1999). Lula também tratou de destacar a questão da seca e da fome no nordeste do país, apresentando o desemprego como consequência da política econômica do governo FHC e a fome do nordeste como resultante da falta de sensibilidade dos governantes para com as causas sociais (MIGUEL, 1999).

O panorama econômico era dado num contexto no qual se destacava o agravamento da crise financeira russa, com fortes reflexos em bolsas ao redor do globo, inclusive no Brasil. A estratégia de FHC nesse sentido foi a de enquadrar tal crise de uma maneira que lhe beneficiasse, identificando como

⁴ Presidente eleito em 1989, renunciou ao cargo em 1992 em meio a um processo de *impeachment* provocado por denúncias de corrupção em seu governo.

⁵ Na esteira da busca de diminuição dos debates, os sustentadores da candidatura situacionista aprovaram no parlamento uma legislação eleitoral que diminuía o espaço para o debate eleitoral, conseguindo, entre outras coisas, a diminuição do tempo de campanha no rádio e na televisão, reduzindo de quatro vezes por semana durante dois meses para três vezes por semana durante 45 dias (MIGUEL, 1999).

origem do problema uma questão externa, que escapava às responsabilidades do governo brasileiro; dessa forma, o mote utilizado foi de que ao país somente caberia proteger-se da melhor forma possível, e, assim, era fundamental contar com uma equipe experiente e com profundo conhecimento dos meandros do Estado brasileiro e dos movimentos relativos ao jogo financeiro internacional, atributos que a candidatura de Lula não traria ao governo (MIGUEL, 1999; BORBA, 2015).

A campanha da oposição, por seu turno, tratou de utilizar um outro ângulo para abordar a crise. Especialmente, o programa de Lula responsabilizou a política econômica adotada pelo governo federal pela debilidade do país diante das oscilações dos mercados em nível mundial. O PT não negava a existência da crise externa, mas tratava de questionar o porquê de o Brasil encontrar-se tão exposto e suscetível a ela. Pode-se resumir a ópera, segundo Miguel (1999), da seguinte maneira: ao passo que o enquadramento da situação era o de que havia uma única fonte dos males, isto é, a crise financeira mundial, a oposição apresentava uma perspectiva diferente: o cenário preocupante era resultado de uma fórmula que associava a crise internacional com a política econômica adotada pelo governo federal. Mais uma vez, a estratégia vencedora, ainda em primeiro turno, foi a do PSDB, apoiando sua campanha no *know how* de FHC e sua equipe, que, uma vez tendo estabilizado uma moeda no país, também poderia superar a crise econômica colocada em tela.

O segundo governo de Fernando Henrique foi marcado pelo agravamento da crise mundial, e pela dificuldade de governo para lidar com a mesma. Desse modo, considerando ainda o extenso período no poder, a crise energética de 2001, e a desvalorização do Real diante da crise cambial, a popularidade do governo tucano entrou em declínio, gerando um forte desejo de mudança (FIGUEIREDO; COUTINHO, 2003). Desenhava-se, finalmente, um cenário propício à candidatura do PT e de Lula. O pleito de 2002 teve permeando sua pauta o conflito da esperança, vinda da possibilidade mais real do que nunca de uma vitória de um partido com origens nas classes populares e trabalhadoras, contra a insegurança propagada por aqueles que, na voz da atriz global Regina Duarte, "sentiam medo". Tal conflito se via reforçado pelo fato de que, apesar da queda de popularidade de FHC, algumas conquistas de seu governo, como a estabilidade econômica, eram valorizadas pela população e por analistas políticos e econômicos (LAMOUNIER; FIGUEIREDO, 2002). Existia, portanto, um desejo de mudança por parte do eleitorado, mas de uma mudança segura (FIGUEIREDO; COUTINHO, 2003), e foi a partir dessa base que as candidaturas de situação e de oposição desenharam suas campanhas. Carreirão (2004) e Figueiredo e Coutinho (2003) destacam que, em um cenário de descontentamento com o governo de Fernando Henrique Cardoso, a campanha

de Lula ganhou fôlego ao moderar seu discurso⁶. Floriano (2003) enfatiza a migração do PT de uma posição claramente de esquerda, mantida nas três primeiras campanhas presidenciais, de 1989, 1994 e 1998, em direção ao centro do espectro político-partidário nacional em 2002, dando início à redefinição posicional da agremiação⁷. Oswaldo Amaral (2011), reconhecendo as transformações no nível ideológico-programático do partido, enfatiza que, apesar disso, o PT se manteve permeável à participação dos atores da sociedade civil organizada.

Essa postura mais agregadora de Lula e do PT era possivelmente o último elemento que faltava para a conquista do poder no governo federal. O sentimento de mudança se viu refletido, então, num caminho que parecia mais seguro. Tal postura levou a que as tentativas de infligir medo à população por parte da campanha do adversário tucano, José Serra, ressaltando o despreparo de Lula e o PT como partido desordeiro (BORBA, 2015), não surtiram efeito junto ao eleitorado. Dessa maneira, o ano de 2002 foi marcado historicamente pela chegada da esquerda, por meio do PT, ao poder no governo federal brasileiro (GUARNIERI, 2014).

Depois de quatro anos de governo, e com grande popularidade, Lula voltaria ao pleito para buscar sua reeleição tendo agora como principal rival Geraldo Alckmin, do PSDB. E, nessa disputa eleitoral, Baquero (2007) constata uma radical alteração no panorama. Um dos aspectos destacados pelo autor é a mudança do eixo de relação Lula/PT. A figura do presidente, nesse cenário, ganha centralidade no processo de negociação política, relegando seu partido a segundo plano (BAQUERO, 2007).

A campanha de reeleição de Lula ancorou-se principalmente na defesa das políticas sociais implementadas/ampliadas pelo governo, entre as quais destaca-se o Bolsa Família, principalmente nas regiões mais pobres do país

⁶ Baquero (2007) salienta que foram cinco os principais fatores que levaram o PT à vitória no pleito de 2002: (1) a mudança programática do partido, que gradativamente se afastou das teses mais radicais de uma esquerda socialista para apregoar práticas reformistas, aproximando-se, desse modo, do eleitor de centro; (2) o papel fundamental do marketing político, ao criar a imagem de um Lula mais leve, conciliador, definido à época como um "Lulinha paz e amor"; (3) o desgaste dos partidos que governaram com FHC, e o esgotamento das teses neoliberais; (4) a combinação de alianças do PT, aliando-se, por um lado, com outros partidos de esquerda e, por outro, com setores mais conservadores da sociedade, como banqueiros e empresários; (5) a "Carta aos Brasileiros", por meio da qual Lula buscava acalmar os credores nacionais e internacionais, afirmando que em caso de vitória do PT, o governo cumpriria os contratos assumidos e pagaria em dia os juros da dívida externa e dos contratos com o Estado.

⁷ Para aprofundar as discussões a respeito da origem e da formação do PT em perspectiva histórica, recomenda-se a leitura de Meneguello (1989) e Keck (2010).

(POWER; HUNTER, 2007 *apud* BAQUERO, 2007; BORBA, 2015), onde o presidente passou a ser conhecido como uma espécie de “pai dos pobres”. Tal centralidade, força e carisma da figura pessoal de Lula permitiram que o candidato deixasse de lado o partido, que em 2002 havia desempenhado papel fundamental em sua eleição⁸. Esse panorama, no qual a figura do presidente torna-se maior e mais representativa do que o próprio partido reflete, segundo Baquero (2007) uma velha tradição personalista no Brasil, que para Martins (2002) foi preservada ao longo do tempo.

A postura de Lula, mantendo sua imagem descolada da imagem do PT, foi estratégica no sentido de que o partido, com algumas de suas principais lideranças, estava envolvido em escândalo de corrupção que tomou os noticiários em 2005⁹. Ao passo que o partido saía bastante enfraquecido do processo junto à opinião pública, a imagem do presidente se mantinha imune, e mais do que isso, fortalecida, contando com altos índices de aprovação por parte da população (BAQUERO, 2007). Isso não significa que outros aspectos também não tenham contribuído para o êxito do presidente, como por exemplo, a habilidade em colocar o opositorista Geraldo Alckmin como um defensor das privatizações e representante do governo de Fernando Henrique, o que levou o candidato tucano a uma rejeição por grande parte do eleitorado (BAQUERO, 2007), chegando a inclusive perder votos entre o primeiro e o segundo turno do pleito (BORBA, 2015). Alckmin, por sua vez, buscou concentrar seus ataques, além dos escândalos de corrupção, na gestão pública, enfatizando a persistência de problemas de infraestrutura, serviços e segurança pública (BORBA, 2015).

É importante ressaltar ainda que o contexto do ano de 2006 também foi propício para o intento de reeleição de Lula porque havia um otimismo moderado dos cidadãos, principalmente das classes populares, em consequência do bom momento macroeconômico, com moderado crescimento, e o avanço em algumas áreas sociais, além da continuidade do processo democrático formal como forma legítima de representação (BAQUERO, 2007). Todos esses elementos possibilitaram a Lula manter-se como presidente brasileiro por mais quatro anos.

Após dois mandatos de Lula, antecidos por dois mandatos de FHC, chegava a hora de PT e PSDB disputarem o “desempate”, cada qual com seus

⁸ Holz hacker e Balbachevsky (2007), ao examinar os dados do ESEB de 2002 e 2006, afirmam que enquanto em 2002 a identificação ideológica teve certo peso, em 2006 ela perdeu poder explicativo de forma significativa. Carreirão (2007), embora tenha encontrado resultado semelhante acerca da identificação partidária, nota que existiu, ao mesmo tempo, forte associação entre o voto e o “sentimento partidário” na reeleição de Lula.

⁹ Este escândalo foi chamado de “mensalão”, e foi denunciado pelo então deputado federal pelo Rio de Janeiro, Roberto Jefferson, do PTB. Consistia, a grosso modo, na compra de votos dos parlamentares, apoiando o governo federal.

candidatos que jamais haviam sido presidentes, Dilma Rousseff, pelo lado petista, e José Serra, pelo lado tucano. Martins (2012) salienta também que este pleito era o primeiro que, desde a redemocratização, ocorreria sem Lula como candidato, mas estava, por outro lado, repleta da imagem do presidente.

Desde 2008, o então presidente Lula buscava apresentar Dilma como a “mãe do Programa de Aceleração do Crescimento” (PAC), e nas entrelinhas, já colocava a então ministra-chefe da Casa Civil como potencial candidata à presidência da república. Nesse cenário, Dilma Rousseff aparecia como uma possível nova eleição de Lula, como uma figura que propiciaria uma reeleição virtual do presidente, sempre colando as imagens de ambos (OLIVEIRA, 2010; MARTINS, 2012)¹⁰. Martins (2012) destaca que na campanha, se já havia no imaginário popular o sentimento de dois tempos distintos (de FHC e de Lula), o presidente direcionaria seus esforços para reforçá-lo e enaltecer as conquistas de seu governo. Foi exatamente isso que Dilma absorveu e buscou desenvolver em sua campanha, sempre comparando o desempenho do PT com o do PSDB no governo federal, repisando temas como o das privatizações (BORBA, 2015). Pelo lado do PSDB, o partido trazia para si algumas lições do pleito anterior. A estratégia de Lula de contrapor seu governo ao de FHC, transformando Alckmin num mero reflexo de seu colega de partido e ex-presidente, havia sido extremamente bem-sucedida. Com isso, José Serra tentou distanciar-se do embate Lula e FHC, buscando não se colocar como opositor direto do presidente, evitando, dessa maneira, ataques diretos a Lula (OLIVEIRA, 2010; MARTINS, 2012). Em sua campanha, Serra tentava mostrar que os avanços do país não iniciaram com o PT, mas sim com o Plano Real, que fora formulado e consolidado por seu parceiro de partido, Fernando Henrique Cardoso (MARTINS, 2012), criticando, ao mesmo tempo, os escândalos de corrupção do partido adversário e desqualificando a história pessoal e política de Dilma Rousseff (BORBA, 2015).

Nessa esteira, os tucanos partiam do princípio de que não atacar o presidente e mostrar Serra como o mais preparado, seria a chave de uma possível vitória¹¹. O problema encontrado pela campanha tucana, porém, foi a declaração explícita do apoio do presidente à candidatura de Dilma Rousseff, no próprio horário eleitoral gratuito. Esvaziou-se, dessa forma, o lugar de

¹⁰ Cabe ressaltar, porém, que a escolha do nome de Dilma como candidata petista gerou uma série de indagações, como qual seria a reação do eleitorado diante da possibilidade da primeira mulher disputar com chances reais a presidência, até que ponto Lula poderia transferir seu capital político para uma candidata que nunca havia disputado sequer um pleito, e em que medida a distribuição de votos para Dilma Rousseff no território nacional refletiria aquela obtida por Lula nas eleições anteriores (NICOLAU, 2014).

¹¹ O horário eleitoral do PSDB não só poupou Lula, como ainda tentou surfar no sucesso do presidente, apresentando Serra como o mais capacitado para seguir o governo do petista.

divergências e críticas que há anos o PSDB ocupava em relação ao PT, o que abriu caminho para o crescimento da candidatura petista (MARTINS, 2012). No segundo turno do pleito, nem a invocação de temas polêmicos como o aborto, crenças religiosas, e nem mesmo a tentativa de emplacar a ideia de uma agressão a Serra por parte de militantes petistas com uma pedra, que depois se constatou ser uma bolinha de papel, desmentida por sua vez por um perito chamado pelo Jornal Nacional como não sendo uma bolinha de papel, mas sim um mortífero rolo de fita adesiva, adiantaram para Serra vencer a eleição. O PT triunfava pela terceira eleição consecutiva, e Dilma conseguia uma votação bastante expressiva, chegando à presidência da república (NICOLAU, 2014).

Quatro anos mais tarde, o cenário eleitoral sofreu um forte abalo quando, no dia 13 de agosto, caía na cidade de Santos o avião do candidato Eduardo Campos, do PSB, vitimando fatalmente o ex-governador do estado de Pernambuco. Com o trágico acontecimento, a vice Marina Silva assumiu a ponta da chapa, adquirindo mais uma oportunidade de concorrer à presidência da república - ela já havia disputado o posto em 2010, ficando em terceiro lugar; à época, Marina estava no Partido Verde (PV).

Sua candidatura, na esteira da comoção com a morte de Campos, decolou, e Marina Silva despontou como favorita a disputar, com vantagens, o segundo turno com a candidata à reeleição, Dilma Rousseff. No entanto, a candidata do PSB enredou-se em suas próprias contradições e na confusão de uma campanha que dizia querer “o que há de bom em todos os lados” e apostava numa “nova política” definida em termos muito vagos. Sua ascensão “(...) não resistiria às asperezas da campanha e às demandas da *realpolitik* que jurava combater” (AMARAL e RIBEIRO, 2015, p. 110). Tais asperezas e demandas tornam-se ainda mais pesadas à medida que os recursos financeiros e de estrutura partidária do PSB de Marina em relação ao PSDB de Aécio e ao PT de Dilma eram bastante limitados¹².

Aécio Neves, candidato do PSDB, cresceu com sua candidatura, posições e propostas um tanto mais claras, de oposição, e tomou o espaço de Marina Silva nas pesquisas ao longo do primeiro turno, alcançando o segundo lugar no primeiro turno e emplacando com força a sua campanha no segundo. A campanha de Dilma, nesse contexto, tratou de incitar o medo nos mais pobres, afirmando que as políticas do PSDB seriam voltadas para os ricos, além de atacar Aécio Neves em sua reputação pessoal e como administrador em Minas Gerais (BORBA, 2015). Mesmo questionando as denúncias de corrupção na Petrobras e a crise econômica do país (BORBA, 2015), e contando ainda com

¹² De acordo com os dados do TSE, a campanha de Dilma Rousseff gastou R\$ 350.575.063,64, e a campanha de Aécio gastou R\$ 223.475.907,21; enquanto isso, a campanha de Marina Silva gastou R\$ 61.037.213,87.

fortes críticas da mídia, especialmente do Grupo Globo, à candidatura situacionista (FERES JÚNIOR e SASSARA, 2016), o candidato tucano não conseguiu vencer a eleição, abrindo caminho para a reeleição de Dilma Rousseff e do PT. Ao fim e ao cabo, confirmou-se, pela sexta eleição seguida, abarcando um espaço temporal de 20 anos, a tendência à polarização entre tucanos e petistas, com os dois partidos ocupando invariavelmente as duas primeiras posições nas disputas presidenciais desse período.

Quadro 1: Dois primeiros colocados nas eleições presidenciais (1994-2014)

	Eleito	Segundo colocado
1994	FHC (55,22%- 1º turno) 	Lula (39,97%- 1º turno) 
1998	FHC (53,06%- 1º turno) 	Lula (31,71%- 1º turno) 
2002	Lula (46,44%- 1º turno; 61,27%- 2º turno) 	Serra (23,20%- 1º turno; 38,73%- 2º turno) 
2006	Lula (48,60%- 1º turno; 60,82%- 2º turno) 	Alckmin (41,64%- 1º turno; 39,17%- 2º turno) 
2010	Dilma (46,91%- 1º turno; 56,05%- 2º turno) 	Serra (32,61%- 1º turno; 43,95%- 2º turno) 
2014	Dilma (41,59%- 1º turno; 51,64%- 2º turno) 	Aécio (33,55%- 1º turno; 48,36%- 2º turno) 

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (2002, 2006, 2010 e 2014).

Levando em consideração esse cenário, o artigo destina-se na sequência a examinar as opiniões e percepções dos eleitores de PT e PSDB no que tange a questões a respeito da democracia, do voto, e da relação estabelecida por esses cidadãos com os partidos políticos, adotando como base os dados dos Estudos

Eleitorais Brasileiros, nos anos de 2002, 2006, 2010 e 2014. Porém, antes faz-se pertinente apresentar algumas observações metodológicas.

Metodologia

O eixo analítico deste artigo busca examinar variáveis relativas aos partidos políticos e à democracia no contexto brasileiro, articulando estatística descritiva e inferencial. Os dados utilizados são provenientes do Estudo Eleitoral Brasileiro, o ESEB, que realiza desde 2002 pesquisas de opinião pública abrangendo todo o território nacional, sempre nos anos eleitorais. A pesquisa é realizada pelo Centro de Estudos de Opinião Pública (CESOP), da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), sob a coordenação da Professora Doutora Rachel Meneguello, e está vinculada ao *Comparative Study of Electoral Systems Project* (CSES), coordenado pela Universidade de Michigan. A amostra é representativa para o Brasil, e tem variado nas distintas ondas, sendo composta por eleitores de 16 anos ou mais¹³. De acordo com o *site* do CESOP:

O projeto que embasa o CSES tem como premissa geral a ideia de que os contextos sócio-políticos e, em específico, os arranjos institucionais que regem as dinâmicas eleitorais, afetam a natureza e a qualidade da escolha democrática. O projeto busca identificar como variáveis contextuais, especialmente as instituições, moldam crenças e comportamentos dos cidadãos e, através de eleições, definem a capacidade ou qualidade do regime democrático. Busca ainda compreender a natureza dos alinhamentos e clivagens sociais e políticos, e como os cidadãos, vivendo sob distintos arranjos políticos, avaliam os processos políticos e as instituições democráticas.¹⁴

As variáveis abordadas neste artigo são as seguintes: satisfação com a democracia, predisposição a votar se não fosse obrigatório, identificação partidária, e avaliação dos partidos. Na parte descritiva, examina-se a evolução dos percentuais ao longo do tempo, nos anos de 2002, 2006, 2010 e 2014, tanto para aqueles que afirmaram em cada um dos respectivos anos votar no Partido dos Trabalhadores quanto para aqueles que afirmaram votar no PSDB, na disputa presidencial.

¹³ Informações mais detalhadas das amostragens do Estudo Eleitoral Brasileiro podem ser encontradas em <https://www.cesop.unicamp.br/por/eseb/ondas>, acesso em 9 de abril de 2019.

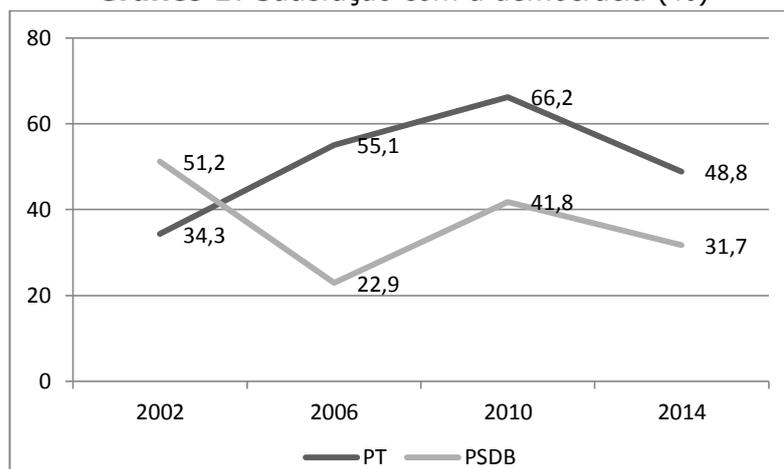
¹⁴ Extraído do site do Centro de Estudos de Opinião Pública da UNICAMP. Acesso pelo endereço <https://www.cesop.unicamp.br/por/eseb>, acesso em 9 de abril de 2019.

Na parte inferencial, utiliza-se um modelo de regressão logística: esse tipo de modelo é utilizado quando a variável dependente é binária, isto é, dividida em duas categorias. Ela está baseada na Distribuição de Bernoulli, que leva em consideração as duas categorias num modelo zero e um, no qual a resposta mais importante, aquela cujo resultado deverá ser examinado, é comumente designada como "sucesso", e a resposta secundária é designada como "fracasso". Além disso, tal modelo possibilita escapar das armadilhas da multicolinearidade que pode ocorrer quando utilizamos um modelo de regressão multivariada. A multicolinearidade diz respeito às interferências que podem ocorrer entre as variáveis independentes entre si, enfraquecendo o diagnóstico dos efeitos reais do modelo.

Para o modelo de regressão logística utilizado neste artigo, foram criadas variáveis dependentes binárias (dummy) de voto e não voto, nos dois partidos em questão. Neste modelo, as variáveis independentes, são as mesmas analisadas do ponto de vista temporal, acrescentando-se, ainda, renda e escolaridade, aspectos frequentemente levados em conta como importantes para explicar a maior ou menor adesão à democracia, como é possível verificar nas obras de autores como Moisés (1995) e Lipset (2012). Busca-se, dessa forma, verificar estatisticamente os possíveis impactos das variáveis aqui trabalhadas sobre a escolha de voto dos eleitores do PT e do PSDB nas eleições presidenciais no ano de 2014.

Percepções dos eleitores do PT e do PSDB a respeito da democracia e dos partidos brasileiros

Nesta seção, busca-se examinar a questão dos partidos e da democracia no Brasil através da opinião dos votantes dos dois principais partidos sobre estes aspectos. Mais que isso, objetiva-se verificar se os simpatizantes de PT e PSDB, os dois partidos que têm dominado as disputas presidenciais desde 1994, possuem predisposições diferentes em relação aos partidos e à democracia no Brasil, e como estas relações têm se configurado entre os anos de 2002 e 2014, com a consolidação de um predomínio do PT nas eleições presidenciais. Esta análise realiza-se por meio de dados dos Estudos Eleitorais Brasileiros (ESEB), realizados nos anos de eleições presidenciais desde 2002. O primeiro dado a ser verificado refere-se à satisfação com a democracia.

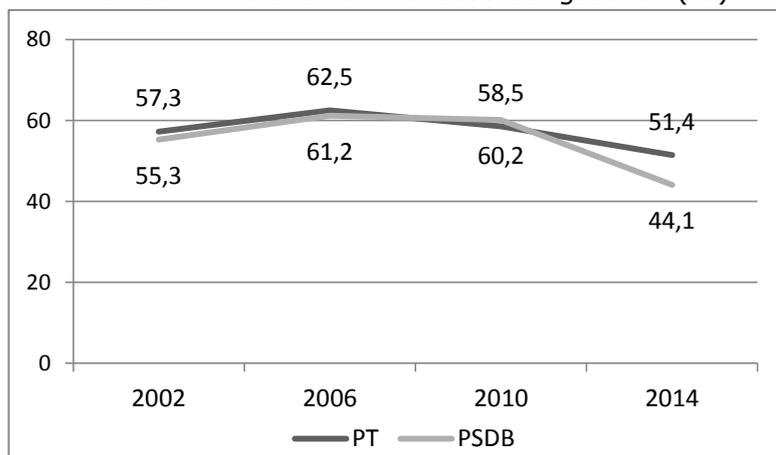
Gráfico 1: Satisfação com a democracia (%)

n 2002=618; n 2006= 1000; n 2010=2000; n 2014=3130.
Fonte: ESEB, (2002, 2006, 2010 e 2014).

Entre os entrevistados que afirmaram ter votado no PT, a satisfação com a democracia, talvez graças ao período do partido no poder, elevou-se de modo bastante significativo, saltando dos 34,3% em 2002 para 66,2% em 2010 para sofrer uma queda para pouco menos de 50% em 2014, momento em que o país se via imerso em crise política e manifestações contra a corrupção e a classe política como um todo. Os simpatizantes do PSDB, por sua vez, apresentaram declínio, que teve sua maior insatisfação apresentada em 2006, ano de crise institucional que reverberava escândalo de corrupção do governo. Possivelmente também esse declínio tenha relação com a mesma razão da elevação da satisfação dos petistas com a democracia: enquanto 51,2% afirmavam estar satisfeitos em 2002, no ano de 2010 este percentual baixa em quase 10 pontos, caindo ainda mais em 2014. Cabe sublinhar que a queda acentuada de satisfação com o funcionamento da democracia no Brasil no último período analisado ocorre não só entre eleitores do PT e do PSDB, mas também nos percentuais gerais dos eleitores, independentemente de partido político: no cômputo geral, ocorreu um declínio de 50 para 39% entre 2010 e 2014. Esta situação, além do contexto crítico vivido pela democracia no país, pode guardar relação também com o chamado “paradoxo da legitimidade democrática” detectado por José Álvaro Moisés (1995), isto é, ao passo que exista uma reserva de apoio normativo ao regime, os resultados apresentados pela democracia são constantemente vistos como insuficientes por parte dos brasileiros: talvez por aí passe a explicação da má avaliação do funcionamento do regime. É importante notar que, se do ponto de vista da satisfação com a democracia de maneira mais ampla as tendências mostram-se relativamente distintas entre os eleitores dos dois partidos, por outro, é preciso verificar como

os entrevistados se comportam em relação ao voto, o que talvez seja o símbolo mais concreto da democracia representativa¹⁵.

Gráfico 2: Votaria se não fosse obrigatório? (%)



n 2002= 618; n 2006= 1000; n 2010= 2000; n 2014=3130 .

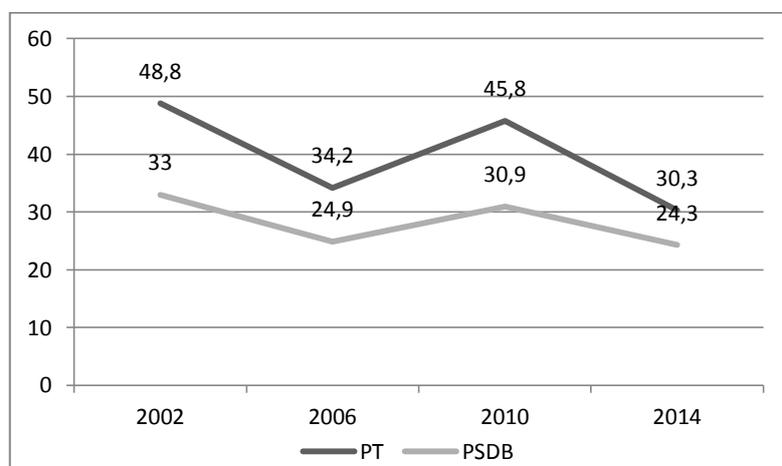
Fonte: ESEB, (2002, 2006, 2010 e 2014).

No que concerne à obrigatoriedade do voto, é possível perceber que entre os sujeitos identificados com PT e PSDB, os percentuais são bastante similares, em torno dos 60% de indivíduos afirmam que votariam mesmo que não fosse obrigatório, e quase não apresentam variação no período, com tendência de queda a partir de 2006. A variação mais significativa se dá no último ano examinado, 2014, quando os eleitores de ambas as forças diminuem sua predisposição ao voto. A este respeito, cabe salientar que os dados do Tribunal Superior Eleitoral mostram que a abstenção eleitoral no Brasil tem crescido constantemente a partir de 2006, quando considerados os primeiros turnos das eleições nacionais: em 2006, 16,8% dos eleitores não votaram; em 2010 este percentual sobe para 18,1%, chegando a 19,4% em 2014; em 2018, este percentual alcançou 20,3% do eleitorado apto a votar. De modo geral, a queda da predisposição ao voto apresentada por eleitores do PT e do PSDB nas eleições presidenciais acompanha o aumento geral na abstenção eleitoral. Se por um lado a satisfação com a democracia traz consigo diferenças significativas entre aqueles que votaram no PT ou no PSDB, por outro, no que se refere ao voto, a situação é praticamente idêntica. Uma vez apresentada a satisfação com a democracia e a predisposição ao voto, ganha relevo perceber se os entrevistados possuem laços de identidade e confiança nos partidos políticos brasileiros, que seriam as instituições responsáveis por representar os cidadãos

¹⁵ Steven Taylor (2016, p. 58) afirma que "(...) o governo democrático moderno transformou-se num sistema em que a população vai às urnas votar em políticos que supostamente devem representar os interesses dos eleitores", configurando assim a democracia representativa. Daí a centralidade do voto como elemento constitutivo da ideia de democracia representativa.

na arena política. Primeiramente, o Gráfico 3 apresenta como tem ocorrido a relação dos brasileiros com os partidos políticos nos últimos anos, por meio da identificação com algum deles em termos de modo de pensar:

Gráfico 3: Existe algum partido que representa seu modo de pensar? (%)



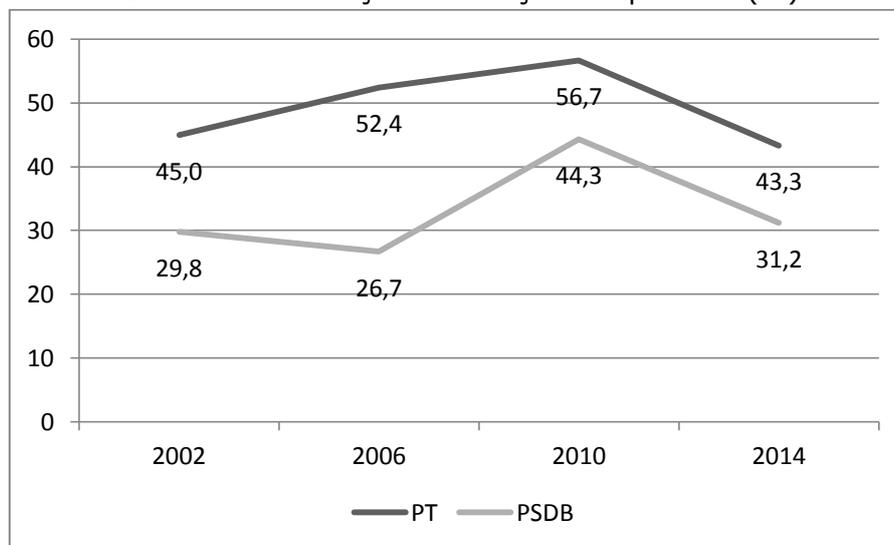
n 2002=618; n 2006= 1000; n 2010=2000; n 2014=3130.

Fonte: ESEB, (2002, 2006, 2010 e 2014).

É possível perceber que entre 2002 e 2010 tem se apresentado uma tônica de relativamente baixa identificação dos entrevistados com os partidos políticos, indo ao encontro de achados de Kinzo (2005), que verifica baixos índices de identificação partidária historicamente encontrados no país, em grande parte relacionados às dificuldades encontradas pelos eleitores para diferenciar os partidos políticos brasileiros entre si. Ao longo do tempo, o percentual de entrevistados que afirma que existe algum partido político que represente sua forma de pensar é mais consistente entre os eleitores dos candidatos do PT, na casa dos 30 e 40%, o que vai ao encontro dos achados empíricos anteriores de que somente o referido partido possui uma base relativamente ampla de identificação com o eleitorado (SAMUELS, 2008). Os percentuais entre os eleitores dos candidatos do PSDB ficam abaixo, ficando ao redor dos 20 e 30%. É necessário ressaltar, ainda, que em 2014 ocorre uma queda da identificação partidária entre os eleitores de ambos os partidos, o que mais uma vez leva à hipótese de que o fenômeno da descrença esteja fortemente associado às manifestações iniciadas em 2013 e à insatisfação da população com as instituições, especialmente com os partidos políticos. Tal queda ocorre também no total dos entrevistados, independentemente do partido em que votou; cabe salientar ainda que este total de entrevistados ao longo dos últimos anos apresenta identificação partidária numa posição intermediária em relação aos eleitores do PT e do PSDB na eleição presidencial: identificação esta um pouco mais baixa que a dos eleitores do PT, e um pouco mais alta que a dos eleitores do PSDB, isoladamente. Outro fator importante a

ser verificado, para além da identificação dos sujeitos com os partidos, é a avaliação que é feita dos mesmos, isto é, se a população vê com bons olhos a atuação dos partidos políticos no cenário brasileiro.

Gráfico 4: Avaliação da atuação dos partidos (%)



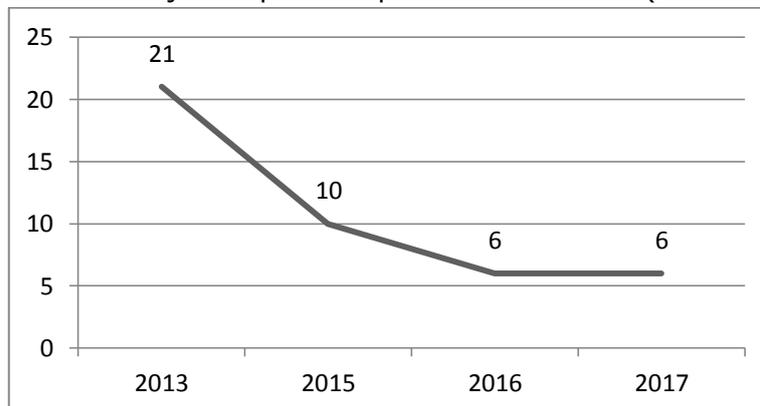
n 2002=618; n 2006= 1000; n 2010=2000; n 2014=3130.

Fonte: ESEB, (2002, 2006, 2010 e 2014).

O Gráfico 4 mostra que os sujeitos que têm votado no PT apresentaram uma tendência a fazer, ao longo dos últimos anos, uma melhor avaliação dos partidos, o que pode relacionar-se com a permanência no poder e também com a maior identificação com o partido, enquanto os entrevistados que têm votado nos tucanos apresentam percentuais inferiores nesse sentido, muito possivelmente pelo fato do partido no qual votam estar longe do poder em nível nacional ao longo dos anos verificados. Poder-se-ia, ainda, suspeitar do contrário: talvez os sujeitos votem na oposição justamente por estarem insatisfeitos, ao invés de estarem insatisfeitos por estarem na oposição. Entretanto e para além disso, cabe ressaltar que tanto os cidadãos que votam nos candidatos do PT como os que votam no PSDB apresentaram uma elevação na avaliação que fazem dos partidos políticos até 2010, e em ambos os casos ocorre uma queda de cerca de 13% em 2014. É importante observar que o total dos entrevistados vem apresentando uma queda ainda mais acentuada nessa avaliação nos últimos anos do que a dos eleitores de PT e PSDB nas eleições presidenciais: isso evidencia um contexto de crise política e de legitimidade de instituições fundamentais no contexto democrático brasileiro, como são os partidos políticos. Esta característica fica ainda mais ressaltada. Dados como os de confiança nos partidos políticos, fornecidos pelo Latinobarômetro, corroboram tal crise, evidenciando uma queda substantiva da confiança nos partidos políticos no Brasil entre 2013 e 2017. Mainwaring, Bejarano e Pizarro (2006), relacionam o declínio da confiança nos partidos políticos com a má

performance das democracias, o que parece servir para o caso brasileiro. A insatisfação com a performance do regime tem sido uma questão verificada no Brasil desde o processo de redemocratização (MOISÉS, 1995).

Gráfico 5: Confiança nos partidos políticos brasileiros (2013-2017) (%)



n 2013=1204; n 2015= 1250; n 2016= 1204; n 2017= 1200.

Fonte: Latinobarômetro, (2013, 2015, 2016 e 2017).

Com estes subsídios empíricos sobre o comportamento dos eleitores do PT e do PSDB em relação aos partidos e a democracia, na próxima seção são colocadas as considerações finais do presente estudo.

Por fim, são apresentados os resultados do modelo de regressão logística realizado para examinar, dentre as variáveis analisadas, acrescentando ainda escolaridade e faixa de renda familiar, quais as que possuíram maior impacto estatístico nos votos nos candidatos do PT e do PSDB em 2014.

Quadro 2- Impactos estatísticos sobre o voto no PT e no PSDB em 2014

Variável	Voto no PT		Voto no PSDB	
	<i>Sig</i>	<i>Exp B</i>	<i>Sig</i>	<i>Exp B</i>
Satisfação com a democracia	0,000	1,19	0,027	0,94
Votaria se não fosse obrigatório	0,003	1,12	0,301	0,96
Identificação partidária	0,277	0,97	0,370	1,03
Avaliação dos partidos	0,000	1,12	0,505	0,98
Escolaridade	0,000	1,21	0,000	0,89
Faixa de renda familiar	0,650	1	0,916	1

Fonte: ESEB, 2014.

No que diz respeito aos impactos estatísticos encontrados no modelo de regressão¹⁶, chama a atenção o fato de que nenhuma das variáveis concernentes aos partidos políticos, e mesmo ao voto, incide significativamente sobre a decisão daqueles que votaram no PSDB em 2014. Assim, o voto desses eleitores não parece estar atrelado à forma como os mesmos se relacionam com os partidos brasileiros ou com sua predisposição a votar mesmo que não fossem obrigados. As únicas variáveis que apresentam valor abaixo de 0,05, sendo, desse modo, estatisticamente significativas, são as de satisfação com a democracia e a escolaridade. O nível de satisfação com o regime e a escolaridade surgem como elementos explicativos importantes para o voto no candidato Aécio Neves na última eleição presidencial. A respeito dessa última variável, os dados do ESEB indicam que a proporção de votos no tucano aumenta com o aumento do grau de instrução, e isso vai ao encontro daquilo que as pesquisas do Datafolha já indicavam no período eleitoral daquele ano: os eleitores com nível superior apresentavam maior predisposição a votar no candidato do PSDB, enquanto aqueles com nível fundamental apresentavam maior predisposição a votar em Dilma Rousseff¹⁷. Já no que se relaciona ao voto em Dilma, são quatro as variáveis que aparecem com significância estatística: a satisfação com a democracia, a predisposição ao voto, a avaliação dos partidos políticos e a escolaridade. Dessa forma, o voto no PT em 2014 parece estar mais fortemente relacionado às percepções que as pessoas têm em relação à democracia, à importância do voto e à atuação dos partidos, além do grau de escolaridade destes indivíduos. Este resultado fornece indícios de que o voto no PT em 2014 possuía um conteúdo ainda mais propriamente político do que o voto no PSDB: para entender os eleitores de Dilma, parece ser importante examinar não apenas se estas pessoas estão satisfeitas com o regime democrático, mas também a maneira como encaram a democracia no nível procedimental, materializado pelo voto. O fato de a avaliação dos partidos políticos também possuir significância estatística indica que a atribuição de importância a estas organizações incidiu de forma mais relevante na escolha do voto dos eleitores de Dilma Rousseff do que havia ocorrido em relação ao voto em Aécio Neves. Nesse sentido, cabe recordar que enquanto para os entrevistados que votaram no PT os partidos são mais bem avaliados e possuem um papel mais importante em termos de identificação, os eleitores do

¹⁶ As variáveis apresentam significância estatística quando apresentam coeficiente de significância abaixo de 0,05. O valor Exp B indica a chance de variação na variável dependente quando a variável independente aumenta em uma unidade. Neste último, o sinal positivo ou negativo indica se esta chance é aumentada ou diminuída.

¹⁷ Para maior detalhamento a respeito das pesquisas do Datafolha em questão, acessar o relatório disponível em: http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2014/10/25/intencao_de_voto_presidente_vespera_2_turno.pdf

PSDB identificam-se menos e fazem uma pior avaliação dos partidos brasileiros. Esse eleitorado que optou por votar contra Dilma e a favor de Aécio parece fazer parte de maneira mais substantiva das manifestações políticas que tomaram as ruas do país desde 2013, em grande medida negando os partidos políticos e manifestando enorme insatisfação com as instituições políticas e com a corrupção vigentes no país. Tais manifestações contribuíram, posteriormente, inclusive para o processo de impeachment de Dilma Rousseff, no ano de 2016.

Considerações finais

O presente artigo buscou realizar uma comparação entre eleitores dos candidatos do PT e do PSDB nas últimas eleições presidenciais. Tal intento ganha relevo à medida que se considera a tendência à polarização verificada nos pleitos entre 1994 e 2014: nesse período de vinte anos, sempre os dois primeiros colocados nas eleições pertenciam aos dois partidos.

Inicialmente, apresentou-se o conceito de cultura política e sua utilidade como chave explicativa para a compreensão do mundo político. Nessa perspectiva, as opiniões, percepções, atitudes e comportamentos dos indivíduos ganham relevo analítico, e por isso torna-se interessante agregar tal elemento para um melhor entendimento das escolhas dos eleitores e do cenário político nacional. Em seguida, destacou-se o histórico da polarização entre PT e PSDB nas eleições presidenciais brasileiras, para então trazer alguns dados empíricos acerca das percepções dos eleitores dos dois partidos a respeito da democracia, do voto, e dos partidos políticos no Brasil, entre 2002 e 2014.

Ao longo do tempo, os eleitores petistas apresentaram uma maior satisfação com a democracia, e também uma maior identificação partidária do que aqueles que votaram no PSDB durante o período. No que tange à satisfação com a democracia, isso talvez corrobore a ideia de que os cidadãos que tenham seu partido no poder tendam a estar mais satisfeitos com o regime. Em 2002, quando o país ainda estava sob o governo tucano, os entrevistados que afirmaram votar no candidato do partido apresentavam maior satisfação do que aqueles que votaram no opositor Lula. Já no que diz respeito à identificação partidária, há pesquisadores que já destacaram anteriormente que o único partido que tem uma base mais consistente de identificação entre o eleitorado brasileiro é justamente o PT (SAMUELS, 2008). Em relação ao voto, não existem diferenças substantivas entre os eleitores dos dois partidos.

No modelo de regressão logística apresentado, as únicas variáveis que surgem como estatisticamente significativas para o voto no PSDB em 2014 foram as de satisfação com a democracia e escolaridade. Em relação ao voto no PT no mesmo ano, além da satisfação com a democracia e a escolaridade,

surgem como variáveis com significância estatística a postura em relação ao voto e a avaliação que os sujeitos fazem dos partidos políticos brasileiros.

Cabe destacar, por fim, que há um aspecto comum que merece atenção analítica mais aprofundada para pesquisas futuras: no último período, há uma queda da satisfação com a democracia, da predisposição ao voto, da confiança nos partidos e da avaliação dos mesmos por parte dos indivíduos. Isso possui relações com a crise política vivida no Brasil desde meados de 2013, com a explosão das manifestações de rua, e tende a se agravar com os recentes acontecimentos da política nacional, em que escândalos de corrupção e malversação de recursos públicos atingem praticamente todos os partidos do país, independentemente de colorações ideológicas. Tal ambiente contribui para a queda na crença dos cidadãos no regime democrático, associado a uma desconfiança sobre as instituições políticas, o que desemboca em uma situação de instabilidade e de erosão das bases sociais da democracia. Foi justamente esse contexto de desconfiança institucional, insatisfação com os serviços públicos- especialmente no que concerne à segurança pública-, que proporcionou a vitória de Jair Bolsonaro no pleito de 2018; sua candidatura foi ao encontro desse ambiente de insatisfação e desconfiança nas instituições tradicionais da política, o que atingiu inclusive os tradicionais PT e PSDB. Mainwaring, Bejarano e Pizarro (2006), ao discutirem a crise da representação democrática nos Andes, salientam que aspectos como a ascensão de políticos *outsiders*, o declínio da confiança em partidos, a alta volatilidade eleitoral, além de outras manifestações da crise da representação democrática são produtos da má performance de regimes democráticos.

Em um panorama desse tipo, o grande desafio posto é o de reinvenção da democracia brasileira. É necessário que se crie um ambiente de maior confiança, com partidos que melhor representem os cidadãos, e também de uma governança que ofereça respostas concretas aos problemas enfrentados cotidianamente pela população. Além disso, torna-se cada vez mais premente a criação de esferas alternativas de participação para melhor canalizar as demandas dos sujeitos, que não têm encontrado no sistema, tal qual está desenhado, resultados eficientes para alcançar o bem comum. O caminho para isso é árduo e longo, mas necessário. Caso não haja tal reinvenção, corre-se o risco de assistirmos a um colapso da democracia brasileira, ainda jovem e carente de adesão substantiva por parte dos cidadãos.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, J. 1999. Lugar de fala, polissemia e paráfrase nos discursos de FHC e Lula sobre o Plano Real. *Ícone*, I (4), pp. 168-202.
- ALMOND, G.; VERBA, S. 1965. *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. Boston: Little, Borwn and Company (Inc.).
- AMARAL, O. 2011. Ainda conectado: o PT e seus vínculos com a sociedade. *Opinião Pública*, v. 17, n. 1, jun., pp. 01-44.
- AMARAL, O.; RIBEIRO, P. F. 2015. Por que Dilma de novo? Uma análise exploratória do Estudo Eleitoral Brasileiro de 2014. *Revista de Sociologia e Política*, v. 23, n. 56, pp. 107-123.
- BAQUERO, M. 2007. Eleições e capital social: uma análise das eleições presidenciais no Brasil (2002-2006). *Opinião Pública*, v. 13, n. 2, pp. 231-259.
- BORBA, F. 2015. Propaganda negativa nas eleições presidenciais brasileiras. *Opinião Pública*, v. 21, n. 2, agosto, pp. 268-295.
- BORBA, F.; VEIGA, L.; MARTINS, F. B. 2018. Os condicionantes da aceitação e da rejeição à propaganda negativa na eleição presidencial de 2014. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 25, jan.-ab., pp. 205-236.
- CARREIRÃO, Y. 2004. A eleição presidencial de 2002: uma análise preliminar do processo e dos resultados eleitorais. *Rev. Sociol. Polít.*, 22, jun., pp. 179-194
- CARREIRÃO, Y. 2007. Identificação ideológica, partidos e voto na eleição presidencial de 2006. *Opinião Pública*, v. 13, n. 2, pp. 307-339.
- FERES JÚNIOR, J.; SASSARA, L. 2016. O cão que nem sempre late: o Grupo Globo e a cobertura das eleições presidenciais de 2014 e 1998. *Revista Compolítica*, v. 6, n. 1, pp. 30-63.
- FIGUEIREDO, R.; COUTINHO, C. 2003. A eleição de 2002. *Opinião Pública*, v. IX, n. 2, outubro, pp. 93-117.
- GUARNIERI, F. 2014. Comportamento eleitoral e estratégia partidária nas eleições presidenciais no Brasil (2002-2010). *Opinião Pública*, v. 20, n. 2, agosto, pp. 157-177.
- GUGLIANO, A.; JEREZ, A. 1996. Las elecciones brasileñas de 1994: ¿continuidad o cambio?. *América Latina Hoy*, 13, pp. 73-79.
- HOLZHACKER, D. O.; BALBACHEVSKY, E. 2007. Classe, ideologia e política: uma interpretação dos resultados das eleições de 2002 e 2006. *Opinião Pública*, v. 13, n. 2, pp. 283-306.

- INGLEHART, R. 1990. *Culture shift in advanced industrial society*. New Jersey: Princeton University Press.
- KECK, M. 2010. *A lógica da diferença: o Partido dos Trabalhadores na construção de democracia brasileira*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.
- KINZO, M. D. 2005. Os partidos no eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 20, pp. 65-90.
- LAMOUNIER, B.; FIGUEIREDO, R. (Orgs.). 2002. *A era FHC: um balanço*. São Paulo: Cultura Editores Associados.
- LIMONGI, F.; CORTEZ, R. 2010. As eleições de 2010 e o quadro partidário. *Novos Estudos*, 88, nov., pp. 21-37.
- LIPSET, S. M. 2012. Alguns requisitos sociais da democracia: desenvolvimento econômico e legitimidade política. *Primeiros Estudos*, n. 2, pp. 198-250.
- MAINWARING, S.; BEJARANO, A.; PIZARRO LEONGÓMEZ, E. 2006. *The Crisis of Democratic Representation in the Andes*. Stanford: Stanford University Press.
- MANIN, B. 1995. As metamorfoses do governo representativo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 29, pp. 5-34.
- MANIN, B. 2013. A democracia do público reconsiderada. *Novos Estudos*, 97, pp. 115-127.
- MARQUES, J.; FLEISCHER, D. 1999. *De facção a partido: a fundação e evolução do PSDB (1987-1998)*. Brasília: Instituto Teotônio Vilela.
- MARTINS, J.M.L. 2012. *Política para eleitor ver: imaginários sociais e performances de Serra e Dilma no horário eleitoral de 2010*. Dissertação de Mestrado, Fortaleza, UFC.
- MARTINS, P.H. 2002. Cultura autoritária e aventura da brasilidade. In BURITY, J. *Cultura e identidade: perspectivas multidisciplinares*, Rio de Janeiro, XX Editora, pp. 65-104.
- MENEGUELLO, R. 1989. *PT: a formação de um partido, 1979-1982*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- MIGUEL, L. F. 1999. Mídia e eleições: a campanha de 1998 na Rede Globo. *Dados*, v. 42, n. 2.
- MOISÉS, J. A. 1995. *Os brasileiros e a democracia: bases sócio-políticas da legitimidade democrática*. São Paulo: Ática.

- NICOLAU, J. 2014. Determinantes do voto no primeiro turno das eleições presidenciais brasileiras de 2010: uma análise exploratória. *Opinião Pública*, v. 20, n. 3, dez., pp. 311-325.
- OLIVEIRA, L. A. 2010. A importância da mídia nas disputas eleitorais: as estratégias para 2010. *Em Debate*, v. 2, n. 8, ago., pp. 18-23.
- PORTO, M. P.; GUAZINA, L. 1999. A política na tv: o horário eleitoral da eleição presidencial de 1994. *Revista Contracampo*, v. III.
- RANULFO, C. 2010. Os partidos e as eleições presidenciais no Brasil. *Em Debate*, v. 2, n. 6, jun., pp. 6-11.
- RIBEIRO, P. F. 2003. O PT sob uma perspectiva sartoriana: de partido anti-sistema a legitimador do sistema. *Política & Sociedade*, n. 3, out., pp. 45-70
- ROMA, C. A institucionalização do PSDB entre 1988 e 1999. *RBCS*, v. 17, n. 49, junho 2002, pp. 71-92.
- REIS, F. W. 2014. Eleição de 2014: "país dividido" e questão social. *Em Debate*, v. 6, n. 6, pp. 8-16.
- SAMUELS, D. 2008. A evolução do petismo (2002-2008). *Opinião Pública* v. 14, n. 2, 2008, pp. 302-318.
- SARTORI, G. 2005. *Partidos y sistemas de partidos*. Madrid: Alianza Editorial.
- TAYLOR, S. 2016. *Política: 50 conceitos e teorias fundamentais explicados de forma clara e rápida*. São Paulo: Publifolha.